

Christine Escallier

Centro de Artes e  
Humanidades da  
Universidade da Madeira

Etno-antropóloga,  
investigadora associada  
no Centro em Rede  
de Investigação em  
Antropologia (CRIA).

## O MAR COMO ESPAÇO DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR: FORMAÇÃO IMPRESCINDÍVEL NUMA UNIVERSIDADE INSULAR

Durante muito tempo, o mar foi considerado um espaço exclusivo das ciências naturais, com o estudo dos seus organismos e ambiente – um binómio fundamental da ecologia.

De igual modo, as atividades do homem ligadas aos meios aquáticos – que ocupam, aliás, um lugar importante no conjunto das atividades humanas –, mantiveram-se pouco conhecidas devido à sua especificidade.

O mar, o seu litoral e os seus recursos têm, de facto, particularismos de tal ordem (variabilidade, irregularidades, invisibilidade, reprodução não controlada, demarcação impossível, etc.) que, para se tornarem marinheiros e pescadores, homens, mulheres ou comunidades tiveram que inventar sistemas técnicos, sociais, económicos diferentes daqueles que a “gente da terra” tem implementado para ocupar e explorar um ambiente estável e parcialmente controlável (Geistdoerfer, 2007).

As investigações experimentais relacionadas com a ecologia marinha, inicialmente organísmicas, tornaram-se cada vez mais sistémicas e, deste modo, multidisciplinares, abrindo o seu campo em ciências mais relacionadas com a ecologia humana.

De acordo com Yvan Breton (1981), a constituição de uma antropologia marítima, enquanto área de investigação específica, é, deste modo, recente. Aquela tem sido constituída num contexto favorável em que se questionam as orientações da antropologia social e a evolução dos seus campos de investigação.

## Nascimento de um subcampo de antropologia social: a antropologia marítima

Numa reflexão sobre a origem e o desenvolvimento deste subcampo disciplinar, este antropólogo canadiano, um dos primeiros a ter realizado um estudo crítico sobre a sua história e as suas bases epistemológicas, distingue três períodos, devendo-se, no entanto, matizá-los em função do espaço e do tempo.

O primeiro período refere-se às grandes monografias do século XIX e início do século XX com os amerindianistas norte-americanos, nomeadamente Boas, com o seu estudo sobre os índios pescadores-caçadores *Kwakiutl* do noroeste americano, Kroeber, o especialista das populações norte-americanas, e Wissler, que, embora interessado inicialmente pela antropologia física, acabou por se dedicar ao estudo etnológico de tribos, em particular o dos *Black Feet*. Com os funcionalistas ingleses, desenvolve-se, num primeiro passo, uma etnografia minuciosa de instrumentos e técnicas de pesca – como Malinowski, ao descrever os *Trobriands* (1922) – para avançar para um estudo mais analítico das relações entre o objeto técnico e os



Bronislaw Malinowski e  
pescadores trobriandeses

lugares de relações de produção (impactos da atividade em outras esferas económicas) (Breton, *op. cit.*, p. 9), estabelecendo, de acordo com as palavras de Kroeber, uma “interrelation de ce qui dans l’homme est biologique et de ce qui est social et historique” (citado por Bessette, 2013, p. 193).

Os estudos das sociedades ditas arcaicas ou primitivas vão gradualmente diversificar-se, pondo particularmente o enfoque nos modos de vida ligados à atividade económica dominante, nas fontes de subsistências e no lugar onde vivem os indivíduos.

Sob a influência de Malinowski, o novo-zelandês Raymond Firth envereda pela etnologia económica das sociedades tradicionais do Pacífico e publica, em 1946, *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, iniciando assim uma viragem que se estenderá ao longo de duas décadas – 1950 e 1960 – durante as quais as sociedades de pescadores são objeto de estudos e cujas orientações são principalmente funcionalistas<sup>1</sup>.

Podemos enumerar, nomeadamente, J. A. Barnes (1954), na Noruega, W. Davenport, na Jamaica (1954), E. Norbeck (1954) e T. Fraser (1960), na Ásia, O. Blehr (1963), para as Ilhas Faroé, F. Barth (1966), na Ásia e Oceânia, A. Orona, na Venezuela (1967), C. Kottack (1966) e S. Foreman, no Brasil (1970)<sup>2</sup>. Estes autores-charneira representam esse segundo período.

No entanto, e por um tempo longo, o estudo das populações que viviam direta ou indiretamente de mares e oceanos ficar-se-á a dever, em grande parte, às ciências

1 Termo entrado no vocabulário das ciências sociais, por volta de 1930; o funcionalismo estabelece analogias com a biologia. Se um facto social tem uma causa, também tem uma função que sempre deve ser procurada na relação existente como algum fim social (Durkheim). Em sociologia e na antropologia social, foi atribuído às funções um papel quase exclusivo de explicação.

2 Barnes: Class and Committee in a Norwegian Island Parish. *Human Relations*, 1954, 7: 33-59. Davenport: *A Comparative Study of Two Jamaican Fishing Communities*. Unpublished Ph.D. Dissertation, Yale University, 1956. Norbeck: *Takashima: A Japanese Fishing Village*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1954. Fraser: *Rusembilan*. Ithaca, N.Y.: Holt, Rinehart and Winston, 1960. Blehr: Action Groups in a Society with bilateral kinship; a Case Study from the Faroe Islands. *Ethnology*, 2, 1963: 269-275. Barth: Models of Social Organization, R.A.I. *Occasional Papers*, 23, 1966. Orona: *The Social Organization of the Margariteño Fishermen*. Unpublished Ph. D. Dissertation, U.C.L.A., 1967. Kottack: *The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community*, Unpublished Ph. D. Dissertation, Columbia University, 1966. Foreman: *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*. Bloomington: Indiana University Press, 1970.

sociais que associavam os grupos de pescadores ao mundo rural. Como sublinha Antonio C. Diegues (1995, p. 8):

O litoral, a costa, o mar e o oceano eram simplesmente extensões do continente e as populações que viviam desses ecossistemas eram considerados “camponeses” e assalariados marítimos (no caso da navegação costeira ou oceânica), para os quais as cidades litorâneas e as zonas costeiras representam espaço de moradia.

Além disso, os antropólogos brasileiros preferiram falar em “Antropologia das sociedades de pescadores”, ao invés de antropologia marítima (Collet, 1993), reforçando deste modo a identidade de uma ciência humana mais especificamente voltada para uma ciência haliêutica.

No decorrer dessas mesmas décadas, o grupo “pescador” destaca-se gradualmente dos outros grupos, tornando-se uma entidade própria designada como tal. Esta materialização é devida, ao mesmo tempo, a uma reflexão epistemológica sobre os grupos sociais e sobre as principais pesquisas em antropologia marítima, bem como a uma redefinição de determinados parâmetros metodológicos. Com efeito, as organizações humanas são tão numerosas e diversificadas por esse mundo fora que, para entender essa diversidade e acompanhar a sua evolução, é necessário proceder a um “recorte do real”, produzindo classificações dessas estruturas. Os investigadores em ciências sociais elaboram tipologias que consistem em distinguir – dentro de um conjunto de unidades (indivíduos, grupos de indivíduos, factos sociais, etc.) – grupos que podem ser considerados homogêneos, ou seja, baseados numa certa semelhança definida a partir de características utilizadas para descrever as unidades estudadas (Grémy & Le Moan, 1977, p. 15). Essas tipologias, que não devem ser confundidas com classificações (tendo a primeira por objetivo a análise e a compreensão para agir, enquanto a segunda visa principalmente a descrição), facilitam a análise.

A corrente da antropologia marítima desenvolve-se nas Américas, na Ásia, no

Pacífico e na Europa, em países com grandes fachadas marítimas, concentrando os principais portos europeus alinhados ao longo do litoral meridional dos mares do Norte, da Noruega, etc. Contudo, a etnóloga francesa, Aliette Geistdoerfer (2007, p. 24), sublinha o atraso da França:

Les Français, comparés à leurs voisins du nord : Anglais, Danois, Hollandais ou Norvégiens, bien qu’habitants un pays à quatre façades maritimes, ne sont cependant pas attirés par la mer, et ses “travailleurs” n’ont pas exercé, leurs charmes sur la population française, hors le temps des vacances. C’est le mode de vie des terriens (ruraux ou citadins) qui impose des modèles largement transmis pour la vie de tous les jours, ce sont aussi ces modèles qui inspirent les activités de la plupart [...] des scientifiques [...].

Essa prévia junção do grupo agricultores/pescadores não terá, no entanto, sido improdutivo, tendo nomeadamente permitido, tanto em antropologia como em sociologia, uma reflexão sobre a questão da inserção do capitalismo em pequenas empresas agrícolas. Breton (*op. cit.*, p. 22) escreve: “Les phénomènes soulignés par ces auteurs dans le secteur agricole débordent largement celui-ci et peuvent se retrouver dans d’autres secteurs occupationnels, tel celui de la pêche”. Sublinhe-se que qualificar a antropologia de “marítima” não equivale a afirmar que existe uma antropologia “específica para as sociedades marítimas”, passível de se desenvolver independentemente da antropologia das sociedades rurais. Quer isto dizer que, no seio de uma antropologia, há técnicas de observação, formas de análises específicas para essas sociedades, cuja atividade principal é específica (Escallier, *op. cit.*). As investigações em antropologia marítima são, de facto, baseadas em trabalhos de campo com a particularidade de que os etnólogos devem embarcar para observar os marinheiros.

Assim sendo, esta nova tipologia permite destacar mais rapidamente o perfil

de reconhecimento atípico da *gente do mar*. O grupo “pescadores” encontra o seu lugar ao lado dos grupos “caçadores-coletores”, “agricultores”, etc., e a atividade de pesca torna-se um *métier*<sup>3</sup>, no sentido dado por Geistdoerfer (*op. cit.*, p. 26), de “grupos de pescadores”, ou seja, uma atividade que responde a um tipo de conhecimentos e a um modo específico de aquisição destes saberes manuais, técnicos ou mecânicos, empiricamente adquiridos e baseados num conjunto de experiências que lhe está associado. Isto explica que a constituição de uma antropologia marítima francesa inscreve-se, em primeiro lugar, no âmbito de uma antropologia das técnicas e dos conhecimentos naturalistas (Koechlin, 1975; Geistdoerfer, 1987; Escallier, 1995, 2014). Estudar sociedades de pescadores impõe, necessariamente, uma abordagem tecnológica e um estudo dos saberes, assim como das representações.

A década de 1970 constitui mais do que uma transição. O campo disciplinar é reconhecido. A antropologia marítima adquire os seus pergaminhos de nobreza. Consecutivamente, ou num processo de desencadeamento de factos, publica-se uma profusão de estudos monográficos<sup>4</sup>, organizam-se numerosos congressos internacionais<sup>5</sup>, criam-se revistas especializadas e departamentos, no seio de universidades e laboratórios, abrem as suas portas<sup>6</sup>. Para memória futura, citarei

3 Os termos *métier* (‘faina’) e *profession* (‘profissão’) são, às vezes, utilizados como sinónimos, mas a etimologia e a evolução de seus significados evidenciam diferenças estruturais, facilitando a compreensão e abordagem de dois conceitos ligados à questão da formação. Estas diferenças aparecem principalmente em dois níveis: o tipo de conhecimento e o modo de aquisição desses conhecimentos.

4 Ver o trabalho de Landberg – *A Bibliography for the Anthropological Study of Fishing Industries and Maritime Communities*. Mimeo, University of Rhode Island – citando uma grande parte das publicações sobre pesca até 1973-77.

5 Entre os mais importantes: Chicago, em 1972, no âmbito do XIX<sup>e</sup> Congrès International des Sciences Ethnologiques et Anthropologiques; Amsterdão, em 1974; Philadelphia, em 1978, pela American Society for Applied Anthropology; congresso da American Anthropological Association - Commission Internationale de l’Histoire Maritime, em Bucareste, 1980.

6 Referimo-nos ao departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade da Carolina do Norte que realizou um Simpósio Internacional sobre a Antropologia Marítima, em 1978. Convém sublinhar os projetos de investigação a longo prazo dos departamentos de Antropologia de Laval, Basse Côte-Nord do Saint-Laurent e da Universidade Memorial em Terre-Neuve.

o CETMA - Centre d’ethno-technologie en milieux aquatiques, uma associação científica fundada em 1972 no Muséum national d’Histoire naturelle de Paris, que me acolheu quando eu era doutoranda<sup>7</sup>. Desde então, os etnólogos associados estudaram comunidades e sociedades marítimas no mundo inteiro, acumularam conhecimentos consignados em publicações, na sua maior parte, justificaram a existência deste campo intitulado “antropologia marítima”, permitindo a realização de estudos sistemáticos e tornando as comparações possíveis (Geistdoerfer, *op. cit.*).

De acordo com Breton (*op. cit.*, p. 9), a emergência deste novo campo é influenciado pelo contexto político internacional e salienta o papel desempenhado pelos pesquisadores norte-americanos:

On peut difficilement nier les liens étroits existants entre leurs champs d’intérêts et la nécessité pour les pays impérialistes de parquer les Amérindiens dans des réserves ou de mieux contrer la montée du nationalisme dans plusieurs pays non-occidentaux. Le contexte d’émergence de l’anthropologie maritime n’échappe pas à cette dimension. À partir du moment où le capitalisme n’a pu se reproduire sur une base élargie par la concentration de ses activités en zone terrestre, les ressources marines sont devenues un champ d’exploitation à potentiel élevé, phénomène encore plus accentué depuis la crise énergétique de 1973 [o autor refere-se ao primeiro choque petrolífero, N. do A.]. C’est à partir de ce moment que l’anthropologie maritime prend forme.

7 Ao CETMA deve-se associar a equipe Techniques et culture-Anthropologie maritime CNRS-MNHN, que reúne investigadores, professores-investigadores, historiadores e etnólogos.

Faris (1977) salienta que, como na agricultura, o capitalismo visa racionalizar a produção na pesca, um processo que obrigará, a breve trecho, os produtores a vender a sua força de trabalho ao invés de seus produtos. A expansão do capitalismo para áreas marinhas e a exploração intensiva das zonas litorais e do alto-mar são igualmente percebidas por Rey-Valette e Cunningham (2000, p. 502), como sendo fatores essenciais: “La crise de 1973 induit un changement de représentation au profit des systèmes de production flexibles (s’adaptant à la variabilité dans une logique d’économies de réactivité et non plus d’échelle) et créateurs d’emplois (...)”, dando continuidade ao já expresso em 1997: “Dans l’halieutique, ce changement se traduit par une reconnaissance institutionnelle et scientifique de la pêche artisanale du fait de son adaptativité et de son importance en termes d’emplois” (Catanzano & Rey-Valette, 1997).

As políticas europeias e internacionais, que podemos aqui ilustrar através de alguns exemplos, tais como o controlo de capacidade de pesca (quotas individuais; planos de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros), as reduções das frotas de baixa tonelagem, pouco competitivas; as condições de acesso aos recursos haliêuticos (licenças), a política dos mercados (preço de retirada) e a política das estruturas (subsídios), as medidas técnicas (malhagens e tamanhos mínimos), a capacidade de captura dos navios, constituem condições necessárias para a sobrevivência, não apenas das atividades da pesca artesanal mundial, mas também da pesca artesanal europeia que luta contra *Uma Europa azul sem pescadores*, como já estipulava, em 1996, um projeto de lei europeu dito *Projeto de Lei de orientação sobre a pesca marítima e as culturas marinhas*.

O nascimento da antropologia das sociedades de pescadores corresponde, portanto, a um período de reabilitação científica da pesca artesanal nos campos de estudo de numerosas disciplinas. Esta reintegração tem lugar num contexto mais amplo de uma reversão do paradigma do desenvolvimento intervencionista que contemplava a pesca de pequena escala como uma atividade condenada a modernizar-se ou a desaparecer a favor de uma exploração industrial. Nesse âmbito, a coabitação entre pesqueiros torna-se um objeto de estudo autónomo (Yvergnaux, 2009).

Se esses factos sociais renovaram a pesquisa comparativa em antropologia marítima, até então representada principalmente pela corrente de uma antropologia económica derivada do materialismo cultural, convém, no entanto, reconhecer que a antropologia marítima só pode ser multidisciplinar.

Com a evolução das atividades marítimas – pesca, transporte, turismo, ecologia, investigações científica e militar –, o mar torna-se objeto de estudo de todas as disciplinas sociais, entre as quais a história, a geografia, a sociologia... Deve-se notar que, em muitos países, os etnólogos se interessaram preferencialmente pelas comunidades piscatórias, os geógrafos pela marinha de comércio e os historiadores pelas marinhas de guerra e de comércio.

Noutras disciplinas, e especificamente entre os historiadores e juristas franceses, reconhece-se a existência de campos – “História marítima” (uma evolução está encetada porque os historiadores se interessam cada vez mais pelas atividades litorais: pesca, conchilicultura, turismo e outros) e “Direito marítimo”, porque, em França, um código de trabalho no mar e um direito marítimo existem paralelamente com os códigos do trabalho e do direito civil. Esses particularismos franceses revelam a importância dada às especificidades da vida, do trabalho, da história das comunidades costeiras (Geistdoerfer, *op. cit.*), em sentido lato.

As ciências sociais e humanas estudam, há mais de um século, essas populações e agora devem reforçar a sua contribuição para um melhor entendimento do binómio Mar/Homens.

Dos primeiros pescadores do paleolítico aos engenheiros das Energias Marinhas Renováveis (EMR), o mar não é apenas uma vasta extensão de água, é também um desafio territorial, económico e identitário vital. Marinheiros e populações costeiras dependem dela. Estes desafios, fontes de atividades sociais, de inovações (tecnológicas, socioeconómicas) e conflitos (local, internacional), merecem que antropólogos, sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos e juristas se dediquem a este mundo gigantesco, num contexto interdisciplinar com as ciências biológicas, haliêuticas e oceanográficas.

## O lugar da antropologia marítima em cursos universitários e especificamente em países insulares e litorais

Se a formação de um indivíduo é um processo vital e existencial (expressão sartriana que remete à ideia de uma formação de si mesmo), ultrapassando as perspectivas disciplinares e pedagógicas, o contexto político-económico, nomeadamente dos países europeus, exige no entanto uma formação dos seus membros. Em suma, formar especialistas que podem atuar de forma eficaz, desarmar situações de crise, resolver conflitos enquanto inovam. Isto exige uma formação académica de nível superior.

Convém também sublinhar aqui que a antropologia marítima não se limita apenas a definir e estudar as comunidades e sociedades marítimas a partir das condições de navegação, de pesca, de transportes, de conflitos. Interessa-se por todas as atividades envolvidas na produção haliêutica, no comércio (venda, distribuição, transformação, consumo), nas instituições profissionais e políticas (tática e guerra naval) que participam intimamente das atividades marítimas e da sua organização e desenvolvimento. Permite, desta forma, evidenciar as noções operatórias de valores de uso, de patrimónios marítimos (zonas de pesca e conhecimentos), de modos de gestão do instável, de sociedades aleatórias ou de sociedades de risco (Geistdoerfer, *op. cit.*).

Os principais temas abordados pelos investigadores e professores, etnólogos/antropólogos sustentam-se nos pressupostos seguintes:

- os saberes naturalistas, tanto aqueles relacionados com os animais como aqueles relativos às plantas marinhas e ao mar em si e às suas transformações, porque importa cada vez mais explorar esses recursos de forma produtiva para garantir a *sustentabilidade* do meio-ambiente;
- os sistemas técnicos de exploração do mar, em sentido lato: técnicas de pesca e navegação;
- os modos de apropriação dos espaços marítimos e litorais, o direto e os conflitos de uso;

- as relações sociais: os tripulantes no trabalho, as relações interprofissionais e as relações interétnicas;
- a economia da pesca, em especial: remuneração, preço de produtos e vendas.

Os perigos do mar: acidentes a bordo, afogamentos, naufrágios, ataques de tubarão são os riscos do trabalho do *homem do mar*. Onde quer que a história marítima dirija o seu olhar, os mares foram sempre lugares criminosos, contribuindo para o desenvolvimento de atos de flibustaria. Durante séculos, bandidos do mar (piratas), aventureiros (corsários), em seu nome ou em nome de uma diplomacia, impuseram as suas leis em todos os oceanos. Pensava-se que esse tempo pertencia ao passado; ora, desde a década de 1990, atos de pirataria (roubo, rapto, homicídio) têm reaparecido em muitos mares do mundo (Corno de África, Caraíbas, Indonésia, mar Vermelho). Estes factos exigem assegurar a proteção das pessoas, dos aprovisionamentos e das riquezas dos navios dos países que os armam. Confrontadas com estas situações, que tipos de resposta têm as comunidades? Que estratégias conseguem delinear? Estas questões dizem respeito diretamente aos politólogos e aos juristas formados em questões marítimas, tais como:

- a segurança, o resgate, a proteção social;
- as organizações profissionais (cooperativas, sindicatos).

As comunidades de marinheiros – pescadores, marinheiros mercantes e de guerra –, assim como as populações costeiras, estão na origem de culturas locais, regionais, nacionais particulares que convém conhecer e preservar.

No entanto, a maioria das pessoas vem à beira-mar para as férias, mas não quer ver outra coisa a não ser uma praia e um litoral, tais como os fabricaram os profissionais do turismo balnear, e nem sequer procura interagir com as populações marítimas que vivem ali, usurpando-lhes muitas vezes o próprio espaço. Neste sentido, vale a pena estudar:

- as culturas marítimas;
- as representações do mar e dos marinheiros (em literatura, poesia, canções de trabalho, folclore, festas relacionadas com o património marítimo);
- o imaginário das sociedades marítimas e as representações religiosas dos meios marítimos e da fauna aquática (cosmogonias, representação simbólica, práticas rituais e crenças dessas sociedades).

Estas práticas permitem uma abordagem psicológica dos marinheiros e estudar os efeitos deste medo ancestral que o mar imenso e profundo sempre gerou entre os homens – o homem do mar e o homem de terra – desde o início dos tempos, assim como perceber o modo como cada um deles o superou – ou não.

Meio reservado, no passado, à pesca, ao comércio e às operações militares, o mar tornou-se espaço de lazer, abrindo outros campos de estudo e de ensino:

- as proezas marítimas e desportivas, a era dos descobrimentos ou das grandes navegações, as navegações “ordinárias” (iatismo, cruzeiro) e os caçadores de naufrágios;
- as relações entre pescadores profissionais e amadores;
- as representações sociais dos marinheiros profissionais ou de lazer.

O estudo das relações entre a sociedade e o meio ambiente, no contexto litoral, é essencial para analisar e compreender o impacto do Homem nos meios naturais (aquecimento global, testes nucleares), ora através das suas construções fixas causadoras de várias formas de poluição (plataformas petrolíferas, quintas eólicas, construção ilegal de “barracas de praia”, destruição das dunas), pelas diversas formas de exploração e a sobre-exploração dos seus recursos naturais (cotas de peixe, caças da baleia), assim como pelas outras atividades prejudiciais para o ecossistema (descarga de hidrocarbonetos, maré negra, *urbanização selvagem* de regiões *inundáveis*) ou de um qualquer acidente de origem humana, incluindo as violações das diretrizes internacionais. Nessa perspetiva, estuda-se:

- as campanhas mediáticas das ONGs ambientalistas face aos pescadores profissionais, bem como da sua influência nas decisões da política da pesca;
- os conflitos político-ecológicos ligados à gestão dos territórios, dos espaços naturais, do planeamento urbano, do património e da saúde.

Assim sendo, ao lado de uma antropologia marítima fundamental, uma antropologia marítima aplicada é implementada em novas áreas de investigação relacionadas com os fenómenos modernos. Os etno-antropólogos trabalham junto dos membros das comunidades marítimas em atividade. Por todo o mundo, a pesca e a marinha de comércio são objeto de profundas transformações técnicas, económicas e sociais, em consequência de diferentes formas de aplicações de políticas nacionais e internacionais, de modo que os cientistas devem interessar-se, sobretudo, nas profundas mudanças políticas e mutações socioeconómicas das comunidades marítimas. Alguns cientistas têm orientado as suas pesquisas para os estudos em antropologia ativa para difundir a ideia de que a aquisição dos conhecimentos científicos antropológicos são imprescindíveis para economistas, políticos e administradores. Estes decisores devem trabalhar com essas comunidades marítimas com vista ao desenvolvimento económico, a fim de modificar as suas práticas frequente e excessivamente especializadas em economia e tecnologia. Deles também se espera que alerte as comunidades em questão sobre o seu futuro e lhes facilite a recuperação de projetos de desenvolvimento.

As convulsões do mundo levam, concomitantemente, a desenvolver uma reflexão sobre a identidade e as transformações sociais das sociedades litorais, assim como a formar jovens pesquisadores. Ensinar a antropologia marítima – as suas disciplinas e os subcampos pluridisciplinares – é um desafio particular para as sociedades de identidades marítimas tão marcadas como as de Portugal e dos seus arquipélagos, um desígnio tanto social como cultural, tanto político como económico.

Assim, através de uma oferta formativa em antropologia marítima, a Universidade da Madeira participará, ao mesmo tempo, na promoção, na preservação do património marítimo (materiais, imateriais, biológicos), num esforço para a

permanente construção das memórias sociais e culturais, quer a nível local, quer a nível nacional. Assim, garantir-se-á um destino unitário num conjunto de bens culturais, tanto terrestres como marítimos, valorizando esses patrimónios através da aquisição de saberes académicos em contacto com profissionais de campo (antropólogos, historiadores, biólogos, etc.), em investigações e divulgações pela realização de atividades científicas (congressos, publicações e exposições), bem como para uma aplicação profissional futura, ultrapassando as fronteiras do espaço insular. A Madeira dispõe de todas as condições – geográficas e científicas – para o sucesso de tal iniciativa. Cabe à sua Universidade, agora, agir.

## Referências bibliográficas

- Baldaque da Silva, A. A. (1891). *Estado actual das pescas em Portugal compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido ao ano 1886*. Ministério da Marinha e Ultramar. Lisboa: Imprensa nacional.
- Bessette, J.-M. (2013). *Anthropologie du crime*. Paris: L'Harmattan.
- Brandão, R. (1998) [1923]. *Os Pescadores*. Lisboa: Ulisseia.
- Breton, Y. (1981) L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs. Réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaire. Les Sociétés de Pêcheurs. *Anthropologie et Sociétés*, vol. 5, n.º 1, Université Laval: Québec, 7-27.
- Catanzano, J. & Rey-Valette, H. (1997). Pêcheries maritimes, écosystèmes et sociétés en Afrique de l'Ouest: un demi-siècle de changement. *Actes du Symposium international, Pierre Chavance et alii* (ed.). Dakar: Sénégal.
- Collet, S. (1993). *Uomini e Pesce: la Caccia al Pesce Spada tra Scilla e Cariddi*, Milano: Giuseppe Maimone.
- Diegues, A. C. (1995). *Povos e Mares: leitura em sócio-anthropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP.
- Escallier, C. (1995). *L'empreinte de la mer. Ethnologie d'une communauté de pêcheur (Portugal)*. Thèse de doctorat. Nanterre.
- Escallier, C. (2014). *Les pêcheurs de Nazaré (Portugal). L'empreinte de la mer*. Paris : L'Harmattan.

Faris, J.-C. (1977). Primitive Accumulation in Small-Scale Fishing Communities. *E. Smith, Those who live from the Sea*, West Publishing Co., 235-251.

Firth, R. (1946). *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*. Boston: Archon Books.

Geistdoerfer, A. (1987). *Pêcheurs acadiens, Pêcheurs madelinots. Ethnologie d'une communauté de pêcheurs*. Paris: Edition du CNRS.

Geistdoerfer, A. (2007). L'anthropologie maritime: un domaine en évolution: hors cadre traditionnel de l'anthropologie sociale. *Zainak*, 29, 23-38.

Grémy, J.-P. & Le Moan, M.-J. (1977). Analyse de la démarche de construction de typologies dans les sciences sociales. *Informatique et sciences humaines*, n.º 35.

Koechlin, B. (1975). *Les Vezo du Sud-Ouest de Madagascar. Contribution à l'étude de l'écosystème de semi-nomades marins*. Paris/La Haye, Mouton.

Malivowski, B (1992) [1922]. *Argonauts of the Western Pacific*. Illinois: Waveland Press.

Moreira, C. D. (1987). *Populações Marítimas em Portugal, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*. Lisboa: ISCSP.

Oliveira, E. V. de & Galhano, F. (1964). *Palheiros do Litoral Central Português*. Lisboa: IAC/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

Oliveira, E. V. de, Galhano, F. & Pereira, B. (1990) [1975]. *Actividades Agro-Marítimas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Rey-Valette, H. & Cunningham, S. (2002). La question des interactions pêche artisanale et industrielle dans l'histoire des pêches de l'Afrique de l'Ouest. *Pêcheries maritimes, écosystèmes & sociétés en Afrique de l'Ouest : un demi-siècle de changement*. Dakar.

Yvergniaux, Y. (2009). *Les relations entre pêche à petite échelle et pêche industrielle dans les pays en développement. Le cas de la côte est de Madagascar*. Dissertation de master, non publiée, Université de Bruxelles.